



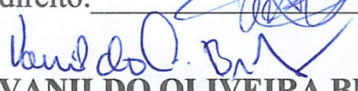
DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DA PARAÍBA

CONSELHO SUPERIOR

ATA DA TRIGÉSSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA, BIÊNIO 2012/2014 - REALIZADA NO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

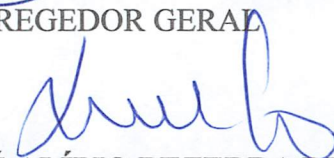
Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze (11.02.2014), sob a Presidência do Defensor Público Geral, Dr. VANILDO OLIVEIRA BRITO, o CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, reuniu-se em sessão EXTRAORDINÁRIA, para deliberar assuntos da Pauta e outros pertinentes a Defensoria Pública; compareceu o Vice-Presidente Dr. Jaime Ferreira Carneiro, o Conselheiro Corregedor Geral Elson Pessoa de Carvalho e os Conselheiros Drs.: José Celestino Tavares de Souza, José Alípio Bezerra de Melo, Maria de Fátima Marques, Manfredo Estevam Rosenstock, Ricardo José Costa Souza Barros e a Presidente da Associação dos Defensores Público Dra. Maria Madalena Abrantes, com quórum, o Presidente Dr. Vanildo Oliveira Brito declarou aberta a presente reunião, cumprimentando a todos os presentes e dizendo que esteve no dia anterior com Secretária Aracilba Rocha a mesma informou que irá repassar os 71 milhões conforme orçamento encaminhado ao Governador desde janeiro. Prosseguindo falou sobre a situação do PROCON/PB e que conforme relatório do TCE a Defensoria não pode ser responsabilizada pelas contas do PROCON/PB. Com a palavra Conselheiro Manfredo Rosenstock disse que a Defensoria Pública pecou por omissão no caso do PROCON/PB, pois o órgão é vinculado a Defensoria, primeiramente sobre o cargo do secretário do Procon, disse que Defensor Público Geral deveria ter nomeado um Defensor como gestor. Já o Conselheiro José Celestino falou que é importante o Defensor Público Geral lembrar ao Governador sobre os Ante-Projetos encaminhado pela Defensoria que estão em poder há bastante tempo e explicar a necessidade em agilizar, a Defensoria está em situação difícil para atuar. O Presidente do Conselho informou que na reforma da Lei Complementar Estadual da Defensoria Pública nº 104/2012, realizada por este Conselho e encaminhada ao Governador para enviar a apreciação e votação da Assembléia Legislativa foi criado um artigo para que o secretário do PROCON/PB seja cargo de Defensor Público. O Conselheiro Elson Pessoa Carvalho disse que essa legalidade deverá ser realizada na Assembléia Legislativa, tendo em vista o órgão ser vinculado a Defensoria Pública. A Presidente da Associação perguntou ao Presidente do Conselho se não caberia um mandado de segurança para que Governador encaminhe os projetos a Assembléia Legislativa, sendo solicitado pelo Presidente um prazo de uma semana, tendo em vista o mesmo ainda estar em conversa com o Governador. Em seguida o Presidente apresentou Minuta de Consulta da Associação que será encaminhada ao TCE, sugerindo que seja retirada a letra B da referida consulta, abrindo para discussão o assunto. A Presidente da Associação foi de acordo com a retirada, O Conselheiro Elson também. A Conselheira Maria de Fátima Marques sugeriu que seja encaminhada para a ASSEJUR para emitir parecer. O Conselheiro Manfredo Rosenstock é de acordo com a sugestão da Conselheira Fátima Marques. O Conselheiro José Celestino acha que a propositura do Presidente é o caminho mais prático, concordando assim com o Presidente. O Conselheiro José Alípio esta de acordo com o Presidente. O Vice Presidente também concorda com o propositura do Presidente, em votação aprovado por maioria. O Presidente informou ainda que se levar parecer emitido pela ASSEJUR vai perder o seu caráter de consulta. A Conselheira Fátima Marques informou que não votou contra o encaminhamento, mas contra a forma de ser encaminhado. O Presidente do Conselho agradeceu em nome do Conselho pela iniciativa da Presidente da Associação pela Consulta. O Conselheiro Manfredo

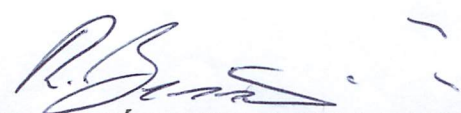
Rosenstock pediu que fosse consignado em ata o brilhante trabalho do Defensor Público Dr. Carlos Calixto frente a. O Conselheiro Manfredo falou sobre o problema do júri, dizendo achar importante haver uma capacitação no quadro de Defensores Públicos que atuam no Tribunal do Júri, sugerindo que o Defensor Público Dr. José Celestino faça esse trabalho. O Presidente falou que conversou com o Coordenador do Júri Dr. Carlos Roberto sobre a melhor hipótese do pagamento daqueles que atuam no júri, disse também que será feita uma capacitação. Prosseguindo o Presidente colocou para apreciação e homologação dos Senhores Conselheiros os pedidos de PROMOÇÃO defensores Público pela critério Merecimento, por unanimidade de seus membros foi homologado os pedidos de PROMOÇÃO dos Defensores de primeira entrância para classe imediatamente superior na forma que segue: DP. Elisete da Cunha Pereira, Proc. nº6122/13, para a 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA, o DP. Jocel Janderlei de Freitas - Proc. nº6144/13, para a 2ª VARA MISTA DA COMARCA PRINCESA ISABEL; Edson Freire Delgado - Proc. nº6001/13 - 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE MONTEIRO; Neuma Laura Câmara Bonfim Sales - Proc. nº5918/13, para a 7ª VARA MISTA DA COMARCA DE PATOS, Fernanda Pedrosa Tavares Coelho - Proc. nº5991/13, para a 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE PATOS; Terezinha de Jesus Medeiros Ugulino Severo - Proc. nº5989/13, para a 1ª VARA MISTA DA COMARCA DE SOUSA, Walmir Onofre Honório - Proc. nº5866/13, para VARA ÚNICA DA COMARCA DE PEDRAS DE FOGO. Em seguida foi constituída a Comissão composta pelos Defensores Públicos: Dr. Vanildo Oliveira Brito; Dr. Elson Carvalho; Dr., Manfredo Estevam Rosenstock; Dr. Fábio Liberalino e Dr. Dirceu Abimael para propor Ações Civis Públicas e outras ações de interesse público. Em seguida o Presidente passou a palavra a Presidente da Associação Dra. Maria Madalena, que fez o encerramento da sessão e marcou a próxima reunião Ordinária para o dia 25/02/2014 e lavrada a presente Ata, que uma vez aprovada será assinada pelo senhor Presidente, pelos senhores Conselheiros e por mim, RIZALVA AMORIM DE OLIVEIRA SOUSA, Secretária Ad Hoc do Conselho Superior da Defensoria Pública, matrícula 58.445-2, e por quem mais de direito.

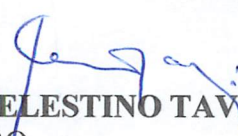

VANILDO OLIVEIRA BRITO
 PRESIDENTE


JAIME FERREIRA CARNEIRO
 VICE-PRESIDENTE


ELSON PESSOA DE CARVALHO
 CORREGEDOR GERAL


JOSÉ ALÍPIO BEZERRA DE MELO
 MEMBRO

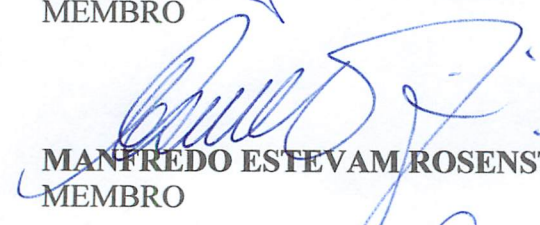

RICARDO JOSÉ COSTA SOUSA BARROS
 MEMBRO



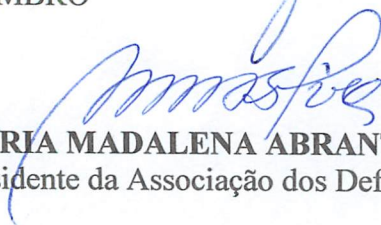
JOSÉ CELESTINO TAVARES DE SOUZA
MEMBRO



MARIA DE FÁTIMA MARQUES
MEMBRO



MANFREDO ESTEVAM ROSENSTOCK
MEMBRO



MARIA MADALENA ABRANTES
Presidente da Associação dos Defensores Público